Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os abaixo-assinados vêm, nos termos da Constituição e da Lei do Exercício do Direito de Petição, expor e solicitar a urgente revisão da implementação de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) no Parque Natural da Serra de São Mamede, pelas razões que se seguem:

1. A abertura destas faixas, com uma largura de 120 metros, implicará o abate de uma vasta área de árvores e plantas autóctones, com um impacto gravemente negativo na biodiversidade do Parque Natural, destruindo habitats essenciais à fauna e flora local.

2. O Parque Natural da Serra de São Mamede integra a Rede Natura 2000, cuja missão é a conservação dos habitats naturais e das espécies mais ameaçadas da Europa. Intervenções desta natureza violam claramente os compromissos assumidos pelo Estado português no âmbito desta rede europeia.

3. O abate de espécies autóctones/protegidas em áreas protegidas é, por si só, um contra-senso em matéria de conservação. A aplicação uniforme das FGC sem avaliação específica do território ignora por completo a complexidade ecológica local e as boas práticas de muitos proprietários, que já efectuam uma gestão responsável e sustentável das suas propriedades.

4. A utilização de servidões administrativas para impor estas intervenções, sem diálogo com os proprietários e sem compensações adequadas, configura uma violação dos direitos de propriedade consagrados na Constituição da República Portuguesa. A servidão deve ser uma medida legal de último recurso, precedida sempre por processos de diálogo e cooperação.

5. A eficácia das Faixas de Gestão de Combustível na contenção da propagação de incêndios é limitada e tem sido alvo de críticas por parte de especialistas, especialmente em áreas de floresta autóctone, onde os ecossistemas são naturalmente mais resilientes ao fogo do que monoculturas florestais.

6. A destruição de coberto vegetal autóctone pode, paradoxalmente, aumentar o risco de incêndio ao promover a proliferação de espécies invasoras, mais inflamáveis, e ao expor o solo à erosão e desertificação, com consequências ecológicas e económicas a médio e longo prazo.

7. As medidas actualmente previstas desconsideram alternativas sustentáveis e baseadas na ciência, como o incentivo à pastorícia extensiva, a gestão participativa com comunidades locais e proprietários, ou a promoção de mosaicos agro-florestais, todos mais eficazes e menos destrutivos para o território.

8. A imagem e integridade do Parque Natural da Serra de São Mamede, enquanto destino de ecoturismo e exemplo de conservação ambiental, poderão ser seriamente comprometidas. A degradação da paisagem e do património natural afectará não só o desenvolvimento económico

sustentável da região, como também a qualidade de vida das populações locais, que dependem de um ambiente saudável, equilibrado e valorizado para viver, trabalhar e atrair investimento.

Nestes termos, os peticionários solicitam à Assembleia da República que recomende ao Governo:

- A suspensão imediata da aplicação de FGC no Parque Natural da Serra de São Mamede;
- A revisão das medidas previstas, com base em pareceres técnico-científicos, em consulta com entidades locais, proprietários, associações ambientais e especialistas em conservação da natureza;
- A garantia de que qualquer intervenção futura respeite os princípios da proporcionalidade, da subsidiariedade, da precaução e da conservação da natureza, especialmente em áreas integradas na Rede Natura 2000;
- A criação de mecanismos de incentivo e apoio técnico aos proprietários para práticas de gestão florestal sustentável e preventiva, em vez da imposição de medidas punitivas e uniformes.

Pede-se deferimento.

Castelo de Vide, 20 de Junho de 2025

Os Peticionários